

A RECRIAÇÃO CAPITALISTA DO CAMPESINATO

Fátima Rotundo da Silveira^{*}

O objetivo principal deste trabalho foi analisar os processos que estabelecem a articulação da produção camponesa com o capital, quer seja ele agrícola, comercial, industrial e financeiro.

Para isto avaliamos o papel que o campesinato desempenha dentro do processo de formação territorial da região de Presidente Prudente.

A questão camponesa apresenta-se bastante complexa, por que envolve uma classe de pequenos produtores rurais, cuja produção e relação com a terra não se fazem em base especificamente capitalista. Este, ao mesmo tempo e contraditoriamente, estão ligados a o mercado, onde comercializam a sua produção, e ao setor financeiro onde buscam financiamentos.

O nosso estudo sobre o campesinato na região de Presidente Prudente, foi elaborado da seguinte maneira: primeiramente enfocamos algumas considerações conceituais sobre o camponês, a seguir analisamos a sua origem e o seu desenvolvimento no processo de formação da estrutura agrária brasileira, em seguida desenvolvemos um estudo sobre a evolução do camponês no processo de formação territorial da região estudada para, finalmente, definir a sua posição enquanto classe, no estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas na região de Presidente Prudente.

Estudar a produção camponesa, levando em consideração a especificidade desta relação, bem como os elementos básicos que a compõe, que retratam a sua interação num contexto maior, no modo de produção e também a sua interação num contexto maior, no modo de produção no qual se insere, é o nosso objetivo, o que torna difícil partimos de um conceito pré-concebido de camponês, uma vez que os camponeses diferem de uma sociedade para outra, bem como dentro de uma mesma sociedade, pois eles se formam no seio de uma relação de produção em constante mudança, que se transforma em função das existências que lhes são impostas, para sua reprodução, para su existência.

Embora a produção camponesa não se faça com base em relações de produção especificamente capitalistas, o camponês se desenvolve no modo de produção capitalista, na medida em que contraditoriamente, participa de seu processo de acumulação. Daí a importância de ao analisá-lo levar-se em consideração a conjuntura histórico-econômica, na qual se insere, uma vez que é a lógica do capital que rege a produção camponesa.

^{*} Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual paulista – Estado de São Paulo, Brasil.

Esta se caracteriza principalmente por ser uma relação em que a força de trabalho, a terra, e os instrumento de trabalho se acham nas mãos de uma só pessoa. Em razão deste mecanismo, não ocorre a expropriação direta da mais valia, mas da renda da terra.

A produção camponesa se desenvolve no seio de realidades históricas concretas, mas distintas entre si. Esta dimensão outorga-lhe faces diversas, bem como a orienta no sentido de se sujeitar a características peculiares de cada área onde se encontra.

O camponês inserido em uma economia de mercado, a ela se subordina, tanto no seu consumo pessoal, quanto no que se refere a sua atividade produtiva.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA

O campesinato como parte integrante do processo de produção capitalista brasileiro, se reproduz e se transforma contraditoriamente no seio da dinâmica deste processo.

Ele sempre ocupou uma posição subordinada, pois a ocupação e expansão capitalista no campo brasileiro, se deu desde o início em favor das grandes unidades productivas, cuja exploração se fez e se faz através da cultura de gêneros de grande valor comercial.

O campesinato sempre coexistiu de maneira interligada, sujeito e suprindo as necessidades dos grandes empreendimentos, ora como reserva de mão de obra, ora como produtor de produtos de subsistência.

Esta subordinação conduz-se de diferentes maneiras e, em diferentes níveis, de acordo com as conjunturas econômicas.

Constante-se, estão, que a dinâmica do processo de ocupação capitalista do território brasileiro, gerou o aparecimento de duas classes distintas e antagônicas, que lutam pela terra e que se fazem presente desde o início da colonização.

De um lado, uma classe de grandes proprietários de terra que concentra em suas mãos, a maior parte das terras, as quais nem sempre são destinadas à exploração, mas sim à especulação.

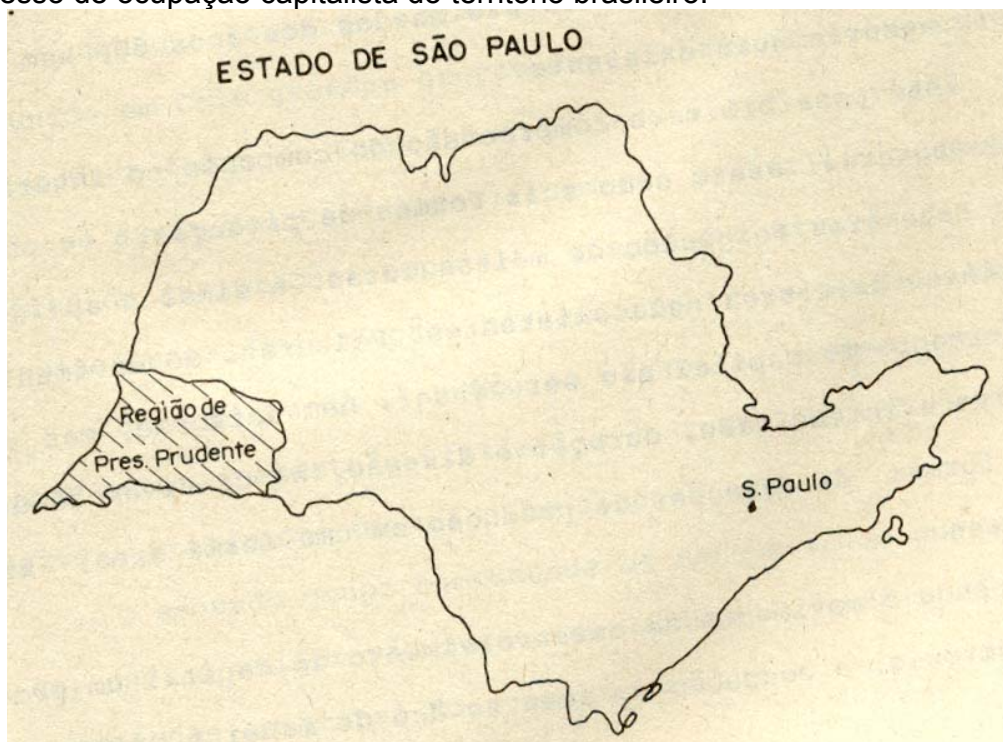
De outro lado, uma classe camponesa que detém o controle de uma pequena parcela de terras destinadas ao trabalho.

Embora as mesmas se revistam de diferentes formas quer no mesmo, quer em vários momentos do desenvolvimento deste processo, estas sustentam a unidade do processo dialético, uma vez que a unidade entre os contrários é que dá sustentação ao mesmo.

Esta unidade dialética fundamenta-se na contradição, daí estas classes alternaram relações conflituosas com outras de cooperação.

O CAMPESINATO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE.

A produção camponesa existente na região de Presidente Prudente é fruto do processo de ocupação capitalista do território brasileiro.



Esta região, desde o início de sua ocupação se caracterizou por uma grande concentração fundiária que deu origem a grandes latifúndios e a uma parcela de camponeses que ocupam uma pequena porção de suas terras.

A produção camponesa nela existente se revestiu de diferentes formas desde o início da ocupação até os dias atuais.

Resultam desta os vários tipos de camponeses diferenciados segundo sua relação com a terra: o posseiro, o parceiro, o rendeiro, o pequeno proprietário, o assentado e o reassentado.

Cada grupo se destaca em determinada etapa do desenvolvimento econômico. Porém, a variedade não desapareceu ao longo do tempo, mas subsistiu, dando origem a uma grande diversidade, que perdura ainda hoje.

Desta maneira, para se analisar o camponês atual, tornase necessária a reconstrução das formas de produção camponesa desde o início da ocupação da área até meados dos anos 80, bem como a estrutura agrária nela existente.

Isto possibilita a compreensão do camponês no interior da estrutura agrária, assim como suas formas de produção.

Esta área foi palco de muitas lutas, e ainda o é, devido aos problemas de terras nela existentes. Pelo fato do movimento de desenvolvimento do capital não ser linear, nem uniforme, mas variado conforme a intensidade, duração e direção, há convivência de diferentes formas de relações de produção em uma mesma área, fruto deste processo.

Sendo o movimento de desenvolvimento do capital um processo contraditório, a ocupação da área se deu de maneira diferenciada. Tal mecanismo ainda ocorre hoje.

Enquanto que em uma parte da região, observamos que as questões relativas à propriedade da terra e às relações de produção já estão resolvidas, nesta a agropecuária está voltada para a produção e reprodução do capital.

Em outra, pelo fato da ocupação ser mais recente, a própria questão da propriedade da terra ainda não está totalmente resolvida, o que gera uma série de conflitos, desde a ocupação de terras até a formação de acampamentos.

Toda esta diversidade é fruto da luta entre aqueles que detêm os meios de produção e, que controlam a forma do processo de produção e as outras classes que lutam para sobreviver dentro desse processo.

ESTRUTURA AGRÁRIA DA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Quanto à forma de exploração da terra, a produção pode ser reunida em dois grandes grupos de estabelecimentos: os capitalistas onde a força de trabalho utilizada é o assalariado, estabelecendo-se assim relações especificamente capitalista de produção e aqueles de exploração camponesa, que se faz através de relações não capitalista de produção, baseada no trabalho familiar.

Fazem parte do 1º grupo os estabelecimentos acima de 100 ha, onde quase inexistente a utilização do trabalho familiar e é expressiva a utilização do trabalho assalariado.

O segundo grupo compreende os estabelecimentos abaixo de 100 ha, onde a utilização direta do trabalho familiar é predominante em todas as etapas do processo produtivo, exceto durante a colheita, quando se combina a utilização também do trabalho assalariado.

A PRODUÇÃO CAMPONESA E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE.

A maior parte da produção agrícola desenvolvida nesta área se faz através do trabalho familiar que se reveste das mais diferentes formas de relação, bem como apresenta vários graus de desenvolvimento técnico e econômico.

Esta grande diversidade de formas de produção camponesa, nos conduz a que, numa primeira visão, não a identifiquemos como uma única classe. Mas, que à medida em que aprofundamos o conhecimento sobre a região e a compreensão da dinâmica do processo econômico nela existente é que chegamos ao entendimento do campesinato como classe.

A UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA

Para entendermos o que vem a ser uma unidade de produção camponesa, é necessário compreendermos os elementos básicos que a compõem, que são os seguintes: a terra, a força de trabalho e os meios de produção disponíveis. Dependendo de como estes elementos se combinam, temos as variantes de caracterização das unidades.

Pela diversidade da composição dos mesmos, torna-se praticamente impossível definirmos um modelo típico de unidade de produção camponesa. Em consequência, as técnicas referenciais disponíveis para entendermos os camponeses como indivíduos de uma mesma classe são: terra de trabalho, a sua produção baseada no trabalho familiar e a posse quase total dos meios de produção.

ELEMENTOS DA PRODUÇÃO CAMPONESA

Na região de Presidente Prudente, há uma multiplicidade de tipos de produção camponesa quanto à sua relação com a terra e em diferentes níveis de acesso à tecnologia.

Existe na área desde o camponês posseiro, produtor de subsistência, até o camponês inteiramente engajado no mercado que consegue acumular, eles são: posseiros, assentados, reassentados, parceiros, rendeiros e proprietários.

Esta multiplicidade de formas de relação de produção camponesa, demonstra a heterogeneidade existente nesta forma de relação.

Todas elas apresentam traços comuns, que dão ao camponês uma identidade própria. A terra é vista por ele como terra de trabalho, como condição primeira de sua existência, quer seja proprietário ou não.

O trabalho na terra visa, além da sobrevivência pessoal, à reprodução enquanto classe.

Como toda a produção se dá com base no trabalho familiar, caracteriza-se como trabalhador coletivo.

Todo camponês produz renda, renda não capitalista da terra.

Em parte é repassada para outros setores como: o financeiro quando toma empréstimo bancário, ao comercial e industrial no momento da comercialização da produção e ao setor agrícola quando não possui terras. Recorrem, neste caso, ao arrendamento de terras cujo pagamento pode ser feito em trabalho, em produto e em dinheiro, dependendo do contrato feito. Desta forma, a renda não capitalista da terra produzida pelo camponês se converte em capital nas mãos do capitalista.

No que se refere à força de trabalho familiar, ela é fundamental, sendo utilizada durante todas as etapas do processo produtivo.

Há, porém, dentro de mesma, uma certa divisão do trabalho. Enquanto cabe aos homens a direção da unidade produtiva, a responsabilidade por todas as tarefas produtivas, que ocupam o ano todo, o trabalho feminino é solicitado durante a colheita, quando há necessidade de mais mão de obra.

Cabe às mulheres os serviços domésticos, o cuidado com os filhos, o tratamento das criações domésticas e dos cultivos de subsistência, existentes próximos às residências.

Os camponeses além de deterem o controle de todo o processo produtivo, desde o preparo do solo até a colheita, a maior parte deles também, a propriedade privada da terra, detêm também a propriedade da maior parte dos meios de produção.

A PRODUÇÃO CAMPONESA

A produção camponesa na região de Presidente Prudente se caracteriza por ser eminentemente agrícola, cultivam principalmente algodão, amendoim e feijão.

Ela se caracteriza por ser de baixa produtividade, esta característica decorre da falta de preparo técnico para o plantio, uma vez que nem todos os produtores fazem curva de nível, análise do solo, adubação na época certa, assim como falta assistência técnica.

Somente quando recorrem a empréstimos bancários é que o agrônomo do banco percorre as propriedades para se certificar das condições de plantio.

Também esta fiscalização pode ocorrer quando o produtor pertence a alguma cooperativa, como no caso da Cotia; fora isto contam somente com sua própria experiência.

A baixa produtividade decorrente da má qualidade do solo e do baixo nível tecnológico empregado, provoca um endividamento crescente do produtor, que acaba restringindo a cada ano a área de cultivo, como forma de evitar riscos.

O camponês está ligado ao mercado como fornecedor de produtos para abastecer o mercado local, bem como de matérias primas para a indústria, ou seja, é um produtor de mercadorias, na sua maioria policultor.

Esta diversificação facilita, que ele tenha mais opções de comércio. Em razão disto, não se sujeita às oscilações no mercado de um único produto.

Assim, é comum o plantio de duas ou três culturas, dependendo da disponibilidade de braços para o trabalho, de terra e dinheiro.

Como a renda obtida a cada safra não é suficiente para arcarem com as despesas da produção seguinte, os camponeses se vêm obrigados a recorrerem aos financiamentos. Dentre as várias fontes financiadoras destacam-se os bancos estatais.

A maior parte do financiamento é para custeio e não investimento.

Muitos são os problemas enfrentados pelo camponês. O principal é a falta de terra, sem este meio de produção a sua existência está comprometida, porque constitui a condição primeira de sua existência.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Dióres S. Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCL, 1972. (Tese de Doutorado).

CHAYANOV, Alexander V. La organizacion de la unidade econômica camponesa. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COBRA, Amador Nogueira. Em um recanto do sertão paulista. (s.r.p.): Henoniers, 1923.

FRANÇA, Ary. A marcha do café e as frentes pioneiras. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA, 3., Rio de Janeiro, CNG, 1960.

KAUSTSKY, Karl. A questão agrária. 3. ed., São Paulo: Proposta, 1980.

LEITE, José Ferrari. A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCL, 1972.

LENIN, V.I. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na Agricultura. São Paulo, Brasil: Debates, 1980.

LENIN, V.I. Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARTINS, José de S. A imigração e a crise no Brasil Agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, José de S. A militarização agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de S. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de S. O cativo da terra. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de S. Os camponeses e a política no Brasil. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1983.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. De. Agricultura e indústria no Brasil. Bol. Paul Geogr., São Paulo, 58: set, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. De. A pequena produção mercantil no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5, 1982. Porto Alegre, Anais... Porto Alegre: AGB, 1982, V. 2.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. De. Modo Capitalista de Produção Agrícola. São Paulo: Ática, 1986.

PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 5ª. Ed., São Paulo, Brasiliense, 1977.

PRADO Jr. Caio, Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SALUM Jr., b. Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista (1888-1930). São Paulo: Duas Cidade, 1982.

SHANIN, teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos CEBRAP, Petrópolis (26), 1980.